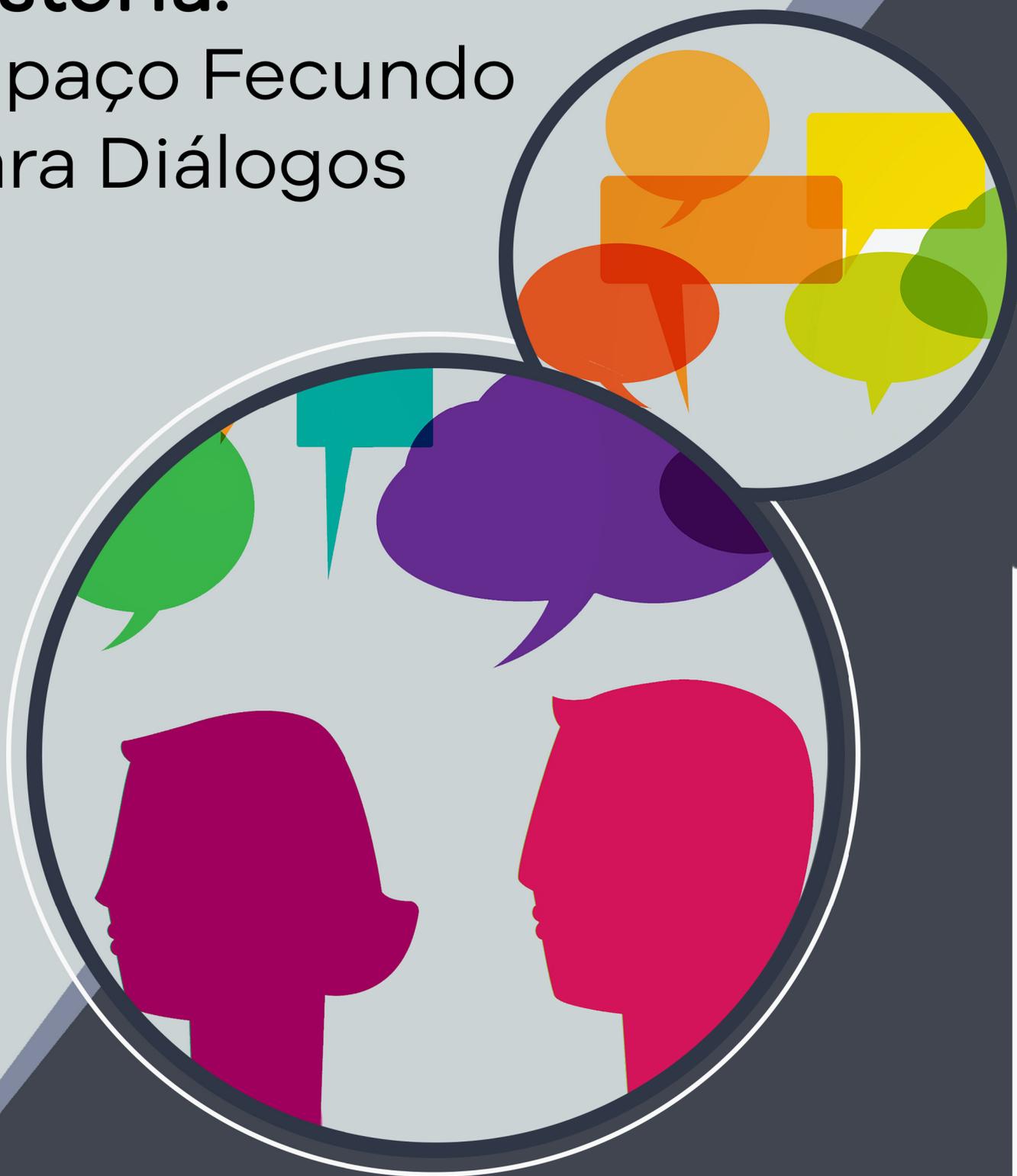


História:

Espaço Fecundo para Diálogos



Denise Pereira
Elizabeth Johansen
(Organizadoras)

Denise Pereira
Elizabeth Johansen
(Organizadoras)

História: Espaço Fecundo para Diálogos

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos / Organizadoras Denise Pereira; Elizabeth Johansen. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-650-8 DOI 10.22533/at.ed.508192709 1. História – Filosofia. 2. Historiografia. 3. Historiadores. I.Pereira, Denise. II. Johansen, Elizabeth. CDD 907.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *História: espaço fecundo para diálogos* oportuniza um olhar diferenciado ao campo da História. Perguntas recorrentes anteriormente como, a História é um campo com especialidades bem demarcadas ou, ao contrário, é tão múltipla que permite infinitas possibilidades de estudo da sociedade? Que “fontes históricas” os historiadores atuais têm acesso para problematizar a vida das sociedades de diferentes épocas? Essas questões, assim como outras, norteiam as discussões historiográficas contemporâneas e se fazem presentes nos diferentes artigos desse livro.

Ao apresentar métodos, aportes teóricos, objetos de estudo privilegiados e fontes históricas utilizadas evita-se delimitar o campo, mas propicia discutir as interconexões existentes entre as diferentes pesquisas divulgadas. Ao mesmo tempo, busca esclarecer as conexões possíveis entre História com outros campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte.

Estudar a sociedade por essa multiplicidade de perspectivas nos leva a constatar que a História é, cada vez mais, um exercício democrático que deve continuar ocupando o centro dos debates atuais.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Elizabeth Johansen

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EM DEFESA DA OPÇÃO DECOLONIAL NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: POR UM FUTURO QUE NÃO REPITA O PASSADO	
<i>Jaqueline Berdian de Oliveira</i> <i>André da Silva Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927091	
CAPÍTULO 2	15
ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA: A FRONTEIRA NO <i>CANTO GENERAL</i> DE PABLO NERUDA	
<i>Gabriel de Souza Fagundes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927092	
CAPÍTULO 3	27
ENTRE CONCESSÕES E TENSÕES: A RELAÇÃO ENTRE SENHORES E ESCRAVOS EM PALMAS/PR (1860-1888)	
<i>Maria Cláudia de Oliveira Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927093	
CAPÍTULO 4	37
DISPUTAS DA MEMÓRIA: DAS FOSSAS ARDEATINAS À BOMBA NUCLEAR	
<i>Douglas Pastrello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927094	
CAPÍTULO 5	47
HISTÓRIA, PASSADO E MEMÓRIA: LEITURAS E APROXIMAÇÕES	
<i>Dehon da Silva Cavalcante</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927095	
CAPÍTULO 6	58
NA DISPUTA DAS MEMÓRIAS: A CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA LUTA ARMADA NA MEMÓRIA DE SEUS MILITANTES (1968 – 1972)	
<i>Vinícius de Oliveira Masseroni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927096	
CAPÍTULO 7	74
INTRODUÇÃO À ABORDAGEM HISTÓRICO-EDUCACIONAL	
<i>Adelcio Machado dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927097	
CAPÍTULO 8	89
EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DAS EX-INTERNAS DO COLÉGIO IMACULADA CONCEIÇÃO DE MONTES CLAROS NO SÉCULO XX	
<i>Elizabete Barbosa Carneiro</i> <i>Filomena Luciene Cordeiro Reis</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927098	

CAPÍTULO 9	97
O SISTEMA DE PENSAMENTO NOS MANUAIS DE ENSINO DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DE SÃO PAULO (SEC.XIX)	
<i>Patrícia Carla de Melo Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927099	
CAPÍTULO 10	108
O ENTRELUGAR DO CAMPO ESTÉTICO MODA-ARTE: UM CONCEITO CONSTRUÍDO HISTORICAMENTE	
<i>Camila Carmona Dias</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270910	
CAPÍTULO 11	120
PATRIMÔNIOS RECONFIGURADOS: INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM EDIFÍCIOS HISTÓRICOS	
<i>Gerson Luís Trombetta</i>	
<i>Monique Villani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270911	
CAPÍTULO 12	132
UM MUSEU EM DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO CULTURAL CASTROLANDA – CASTRO (PR)	
<i>Maurício da Silva Selau</i>	
<i>João Paulo Corrêa</i>	
<i>Samara Hevelize Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270912	
CAPÍTULO 13	145
MUSEU MUNICIPAL DE TRÊS ARROIOS A NARRATIVA DA HISTÓRIA NA EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO	
<i>Maurício da Silva Selau</i>	
<i>João Paulo Corrêa</i>	
<i>Fabíola Pezenatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270913	
CAPÍTULO 14	157
REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA HISTÓRIA DA MEDICINA	
<i>Ana Cláudia de Araújo Santos</i>	
<i>Daiane Silva Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270914	
CAPÍTULO 15	170
PROCESSOS CRIMES DE INFANTICÍDIO: DISPUTA PELA VERDADE, PODER E SUJEITOS	
<i>Paula Ribeiro Ciochetto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270915	

CAPÍTULO 16	180
A PRODUÇÃO DE VERDADES EM PROCESSOS CRIMINAIS DE VIOLÊNCIA CONTRA A VIDA: MALLETT-PR 1913 A 1945	
<i>Júlio César Franco</i>	
<i>Hélio Sochodolak</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270916	
CAPÍTULO 17	200
RIQUEZA E SOCIEDADE NA COMARCA DE ARACAJU: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA SOCIAL DA PRIMEIRA ELITE ARACAJUANA (1855-1889)	
<i>Bruna Morrana dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270917	
CAPÍTULO 18	211
SENSIBILIDADES DE UM ESPAÇO: SER UMA PRINCESA NA MODERNIZAÇÃO REPUBLICANA – FEIRA DE SANTANA 1940 A 1950	
<i>Cristiane Lima Santos Rocha</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270918	
CAPÍTULO 19	219
TRAFICO DE ESCRAVOS E FORMAÇÃO FAMILIAR NO TERMO DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA – BA (1860-1888)	
<i>Célio Augusto de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270919	
CAPÍTULO 20	228
ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS PARA O COMPLEXO TERRENO EVANGÉLICO BRASILEIRO	
<i>Maralice Maschio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270920	
CAPÍTULO 21	241
“DITADURA NO AR”: UMA VISÃO SOBRE A DITADURA CIVIL MILITAR	
<i>Lucas Marques Vilhena Motta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270921	
CAPÍTULO 22	254
A PROVÍNCIA EM PRINCÍPIO, A FRONTEIRA POR MEIO E O IMPÉRIO POR FIM: NETO E CANABARRO NA GUERRA DO PARAGUAI (1864-1865)	
<i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270922	
CAPÍTULO 23	265
ANÁLISE ICONOGRÁFICA DAS AÇÕES CIVICO-SOCIAIS DO EXÉRCITO NA FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA NA DÉCADA DE 1970	
<i>Ronaldo Zatta</i>	
<i>Ismael Antônio Vannini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270923	

CAPÍTULO 24	276
AS DOZE QUESTÕES FUNDAMENTAIS DE KARL DEUTSCH E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE IRÃ E EUA APÓS A REVOLUÇÃO IRANIANA DE 1979	
<i>David Anderson Zanoni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270924	
CAPÍTULO 25	291
CONTEXTO POLÍTICO JURÍDICO BRASILEIRO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NA FAZENDA ANNONI	
<i>Simone Lopes Dickel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270925	
CAPÍTULO 26	308
DISPUTAS POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA: A CHEFIA DE ARTHUR BERNARDES NO <i>CIDADE DA VIÇOSA</i>	
<i>Natália Fraga de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270926	
CAPÍTULO 27	318
CRIANÇA INDÍGENA NO BRASIL: O ESTADO DO CONHECIMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL	
<i>Epaminondas Reis Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270927	
CAPÍTULO 28	326
A CAPOEIRA NOS SÉCULOS XIX E XX: DO PODER DISCIPLINAR AO SURGIMENTO DA SOCIEDADE REGULADORA	
<i>Jonatan dos Santos Silva</i>	
<i>Felipe Eduardo Ferreira Marta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270928	
CAPÍTULO 29	337
A HISTÓRIA POLÍTICA APÓS 30 ANOS DA PUBLICAÇÃO ORGANIZADA POR RENÉ RÉMOND: POSSIBILIDADES ATUAIS DE PESQUISA TENDO COMO OBJETOS GETÚLIO VARGAS E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	
<i>Gabriel da Silva Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270929	
CAPÍTULO 30	349
A ELITE POLÍTICA DA BAHIA NO SÉCULO XIX: OS MEMBROS DO CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA (1828-1834)	
<i>Nora de Cassia Gomes de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270930	

CAPÍTULO 31	364
A ESTRUTURA FÍSICA DOS CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – CASES COMO INSTRUMENTO DAS (IM) POSSIBILIDADES DE FAVORECIMENTO DE MOBILIDADE DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL DOS ADOLESCENTES E JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE NO ESTADO DE PERNAMBUCO	
<i>Maria Lucia Cavalcante</i>	
<i>Maria da Conceição Barros Costa Lima</i>	
<i>Laís Cavalcanti de Sá Nogueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270931	
CAPÍTULO 32	373
A FERRO E FOGO: SIMBOLOGIA NA MARCAÇÃO DO GADO NOS CAMPOS DE PALMAS: 1887 – 1938	
<i>Fabiana Mathias Roncatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270932	
CAPÍTULO 33	384
A REINVENÇÃO DA NATUREZA: OS IMPACTOS DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA EM GOIÁS	
<i>Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves</i>	
<i>Rayza Correa Alves Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270933	
CAPÍTULO 34	393
A IMPORTÂNCIA DO MUSEU ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DE COXIM – MS COMO LINGUAGEM PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL	
<i>Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra</i>	
<i>Douglas Proença de Santana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270934	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	403
ÍNDICE REMISSIVO	404

ENTRE CONCESSÕES E TENSÕES: A RELAÇÃO ENTRE SENHORES E ESCRAVOS EM PALMAS/PR (1860-1888)

Maria Claudia de Oliveira Martins

Mestre em História

Chapecó/SC

CONCESSIONS AND TENSIONS: THE RELATIONS BETWEEN MASTERS AND SLAVES IN PALMAS / PR (1860-1888)

* Trabalho apresentado na ANPUH/SC -2016 e publicado nos anais do referido evento.

RESUMO: Este trabalho analisa aspectos das relações entre senhores e seus cativos em Palmas (PR), no período de 1860-1888. Considerando as particularidades das atividades executadas pelos escravizados nas lidas da pecuária, propõe discutir algumas das estratégias de dominação senhorial e de resistência cativa que, respectivamente, permitiram a manutenção da ordem escravista e indicaram o não-apassivamento diante das condições inerentes à escravidão. Para a pesquisa foram selecionadas entre as fontes criminais e cartoriais arquivadas no Fórum Municipal e no Tabelionato Leinig, em Palmas, duas denúncias de castigos excessivos a escravos e a investigação de suicídio de uma cativa que exercia atividade categorizada como “de confiança” de seu senhor, documentos cujo conteúdo (efetivamente registrado e indiciário) mostra-se significativo para a compreensão da problemática indicada neste estudo.

PALAVRAS-CHAVE: escravidão. relações sociais. Palmas-PR. século XIX.

ABSTRACT: The present article analyses aspects of relations between masters and their slaves in Palmas (PR), in the period from 1860-1888. Considering the particularities of the activities performed by slaves in livestock work, proposes to discuss some strategies of master domination and captive resistance that respectively allowed the maintenance of the slave order and indicated reaction to the inherent conditions of slavery. The sources for the research were selected from criminal and notary documents filed on Municipal Forum and Leinig Notary Office, in Palmas. Two denunciations of excessive punishment of slaves and the investigation of a captive suicide who was a reliable worker of her master were selected. The content of these documents is significant for understanding the indicated problem of this study.

KEYWORDS: slavery. social relationships. Palmas-PR. XIX century.

Os múltiplos estudos empreendidos a partir do final dos anos 80 e que abordam as relações senhor-escravo nas décadas finais da escravidão negra no Brasil sob a ótica da História Social, têm sido enfáticos ao

demonstrar o uso de uma série de estratagemas e negociações de parte a parte. Para a camada senhorial, a adoção de medidas de reforço à dependência e/ou vinculação de escravos, libertos e até mesmo, nascidos livres (como os ingênuos), configurava-se em reafirmação constante de seu poder, bem como a manutenção do status quo; para os cativos, por sua vez, estratégias que intentavam a negociação e constituíam-se como possibilidade concreta de garantir maior flexibilização das condições do cativo, quiçá mais favoráveis às suas expectativas.

Estudos como os de Maria Helena Machado, Sílvia Hunold Lara, Hebe Mattos e outros aos quais nos reportamos ao longo deste estudo e que já se referiram a esta questão, no entanto, não invalidam e/ou inviabilizam que se insista na temática, dada a complexidade das relações expressa nas variadas fontes documentais disponíveis à consulta, em diferentes pontos de nosso imenso país. Aliás, há que se considerar não apenas a questão da ampla extensão territorial nacional, mas especialmente, as especificidades históricas (econômicas, políticas, de formação populacional, por exemplo) que marcaram a construção da história brasileira e que convidam à continuidade e aprofundamento das pesquisas.

Palmas, no atual sudoeste paranaense, foi minha escolha para os estudos relativos a esta temática, por seu acervo documental relativamente bem preservado no que tange à escravidão e por se tratar de região menos explorada para estudos, distante da capital do seu Estado. A formação da cidade de Palmas se inicia em 1839, com a divisão de ampla área em 37 fazendas (no ano de 1844), nas quais se instalaram os componentes de duas bandeiras, autointitulados “primeiros povoadores” dos Campos de Palmas (conforme estatuto da “Sociedade dos primeiros povoadores de Palmas” e da “Ata de entendimento dos pretendentes ao povoamento dos Campos de Palmas”, elaboradas pelos líderes das bandeiras, documentos que evidenciam o desprezo à precedente presença indígena na região).

Principia como uma pequena Freguesia, vinculada administrativamente a Guarapuava até 1877. Dali em diante, adquire autonomia, sendo composta a Comarca de Palmas pelos seguintes territórios: Colônia Militar do Chopim, Colônia Militar de Chapecó, Palmas, Palmas do Sul, Nossa Senhora da Luz da Boa Vista, Campos do Erê, Mangueirinha, São Sebastião do Passo do Carneiro e União da Vitória, conforme dados do recenseamento da população do Brasil de 1890.

Suas extensas fazendas, apropriadas à criação e invernagem de gado *vacum* e *cavalares*, desenvolveram economicamente a região por meio da pecuária, sendo a agricultura uma atividade também presente, ainda que voltada apenas à subsistência. A construção da Estrada de Palmas ajudou a tornar ainda mais rentável a atividade de pouso e invernagem, ao se constituir em um dos três caminhos possível para o transporte de tropas de animais entre o Rio Grande e São Paulo, os dois mais importantes polos pecuaristas do país no século XIX. (SIQUEIRA, 2009, p.2).

A mão-de-obra utilizada na atividade agropecuária em Palmas foi, em grande medida, a força de trabalho dos escravos. Somente quando se fragilizaram as bases

de sustentação do escravismo, especialmente na segunda metade do século XIX, é que foi substituída pela força de trabalho dos libertos e livres pobres. A imigração europeia na região, por sua vez, só se intensifica na virada do século, com a chegada de poloneses, alemães e italianos, entre outros grupos.

Comparando dados registrados pelo Recenseamento de 1872 (vol.9 p.67), percentualmente os cativos correspondiam a 8,3% da população palmense (eram 273 indivíduos diante de uma população total de 3.028 pessoas). Nas demais 22 freguesias do Paraná (administradas por 16 municípios), os percentuais iam de 1,25% (São João do Triunfo – município de Palmeira) à 18,9% (Senhor Bom Jesus de Jaguariahiva – município de Castro), conforme informações do mesmo censo (MARTINS, 2015, p.30). Ainda segundo a mesma fonte documental, as mulheres cativas eram a maioria, em número de 155, contra 118 escravos do sexo masculino.

É passível de questionamento as mulheres serem em quantidade maior que os homens em uma região cuja economia era marcada pelo trato com os animais e outras lidas do campo identificadas como masculinas. No entanto, trabalhos como o de Monsma (2011, p.1), que analisam a escravidão nas estâncias rio-grandenses, acenam com uma possível explicação, ao dizer que

Era difícil um adulto aprender bem as habilidades de equitação, arrebanhamento, manejo do laço, marcação e castração, ao passo que aqueles que começavam jovens seriam bons campeiros. Em consequência, houve forte demanda entre estancieiros para escravos meninos e adolescentes, e campeiros eram particularmente valorizados.

Sua afirmativa faz refletir sobre a possibilidade do incentivo à reprodução endógena no cativo como fonte geradora de trabalhadores a ser preparados para a atividade especializada, atendendo às necessidades do senhor. Do mesmo modo faz atentar-se para as idades dos cativos adquiridos por meio de compra, como possíveis objetos de estudo para um trabalho futuro, mas ainda dentro da perspectiva de análise das estratégias senhoriais.

De qualquer modo, não se pode esquecer que as mulheres escravas exerciam variadas atividades, na área urbana e nas grandes fazendas de Palmas: cozinham, cuidavam da casa do senhor, atendiam as crianças, costuravam, lavavam as roupas, tratavam dos pequenos animais, realizavam diferentes tarefas nas plantações. Podiam, então, exercer a tarefa de cozinheiras, costureiras, lavadeiras, amas de leite, caseiras, entre outras ocupações. Suas atividades, embora de menor mobilidade que a dos homens, caracterizavam-se por colocá-las em contato mais direto com a família de seu senhor.

Aos homens cabiam as tarefas que envolviam o trato dos rebanhos, os deslocamentos com as tropas, os cuidados com a propriedade ou a busca pelo sal (fundamental aos animais) (GUTIERREZ, 2004 p.116-117). Podiam ser roceiros, campeiros, domadores, tropeiros, capatazes. As atividades que desenvolviam

contavam com uma particularidade: a necessidade do uso do cavalo (fundamental para vencer as distâncias e “tocar” os animais) e de armas, principalmente o facão e a pistola (para reparos, defesa de feras, do ataque de índios e outras utilidades), bem como uma maior liberdade de ir e vir. Destoavam, por certo, da visão clássica a respeito das condições de trabalho e vida na escravidão, coadunando com a visão mais recente da historiografia, que pode ser demonstrada nas palavras de Djubatie (2013, p.152)

[...] a ideia de cativo no sentido restrito de manutenção do escravo nas correntes, fechado, sempre sob os olhos e comando de seu senhor, é inaceitável, pois a escravidão constituiu-se em um quadro complexo que não cabe em explicações fixas, dualistas e generalizantes.

Diante de tal perspectiva, pode-se afirmar que a relação dos senhores com seus escravos, ainda que se forjasse sob marcas indelévels (como as da hierarquização, controle e disciplina), não se pautou pelo que poderíamos chamar de “discurso de uma só voz” e nem um padrão único de convivência. As próprias especificidades locais geraram demandas e acordos múltiplos que caracterizaram as similaridades e diferenças encontradas nas relações escravagistas, na comparação com outras regiões do país.

Mais evidentes, até porque considerados como prerrogativas senhoriais para a preservação da ordem social, os estratagemas senhoriais foram largamente estudados (e ainda o são). Já a resistência e a capacidade de organização escrava em prol de suas demandas e de suas perspectivas de liberdade, foram durante muito tempo ignoradas, sob uma alegada anomia escrava. Apenas em décadas recentes foram consideradas, e essa admissão foi o que levou a rever estudos, aprofundar temáticas e ampliar a tipologia de fontes consultadas. Os novos estudos demonstraram relações intrincadas, envolvendo atitude, negociação e até acomodações de parte a parte.

O contato com as fontes documentais disponíveis nas varas cível e criminal palmense apresentou fatos e indícios bastante significativos quanto às relações senhor-escravo nas décadas finais da escravatura. Dentre as possibilidades de direcionamento da pesquisa, foi feita a opção de privilegiar neste estudo a análise de duas denúncias de castigos excessivos apresentadas por cativos, entendida como uma das possibilidades de demonstrar e discutir as tensões que envolviam permeavam as relações em âmbito vertical. Não se trata, evidentemente, do único modo de expressar tensões por parte dos escravos, uma vez que estas poderiam se evidenciar por meio de fugas, de resistência ao ritmo de trabalho e às normas impostas, além de outros modos de ação.

No que tange às concessões, que em muitos momentos assumiram ares de expressão da generosidade senhorial sem serem consideradas como conquista dos escravizados, quanto a elas foi analisada a questão da atribuição de “cargos de confiança” informais a determinados cativos, com suas implicações e motivações.

A análise foi feita a partir de uma investigação de suicídio, na qual o relato das testemunhas oferece subsídios à argumentação. No uso de tais relatos, assumo a mesma perspectiva de Cassoli (2010, p.2), para quem

O depoimento das testemunhas coloca em cena as verdades possíveis e os códigos de comportamento definidos para os diversos agentes sociais. Mesmo filtrados pela pena do escrivão e correndo-se o risco de uma visão oficial dos acontecimentos, as entrelinhas, as falas, ou os silêncios, acabam por 'denunciar' os contornos, as vivências, os anseios e os rumos que a instituição escravista vai adquirindo no decorrer da segunda metade do século XIX.

Corria o ano de 1884. Em 11 de outubro de 1884, ao tabelionato local comparece Antonio Ferreira Pacheco, negociante, com o propósito de estabelecer procuração, a fim de que Júlio Mariano Galvão de Moura Lacerda o defenda em uma queixa-crime motivada por castigos infligidos a sua escrava Idalina. Segundo o acusado, a denúncia é infundada e o denunciante (um indivíduo livre), José Ferreira de Moraes, um caluniador (uma segunda procuração é registrada, dando poderes para que Júlio acuse José Moraes por falsidade).

Uma primeira leitura do registro faz pensar que Antonio pode ter sido vítima de um desafeto ou de uma injustiça, tão somente, o que efetivamente poderia ocorrer. Sílvia Hunold Lara, por exemplo, explica que entre membros da classe senhorial de Campos, eram comuns as disputas de poder, nas quais as denúncias eram apenas mais um dos recursos para fragilizar o adversário (LARA, 1988 p.334). Em Palmas não há elementos suficientes nos documentos que possam comprovar desavenças ou disputas entre denunciado e denunciante. Entretanto, a releitura atenta do documento indica que, possivelmente, a denúncia não fosse totalmente infundada. No trecho “[...] para defender-lhe em uma causa-crime que lhe acusou José Ferreira de Moraes no Juízo Municipal deste termo, por ter castigado sua escrava Idalina [...]”, anotado na primeira procuração, não há a negação da aplicação do castigo. O que tanto uma como outra procuração expressam são a indignação de Antonio pelo fato ter sido denunciado às autoridades locais, o que configurava o castigo como excessivo.

Ano de 1887. Recentemente doada à esposa de Francisco de Paula Camargo (doação do pai para a filha, registrada em cartório), a escrava Quitéria denunciou seu senhor “[...] por rigoroso e excessivo castigo corporal”, o que motivou o exame de sanidade, realizado em 27 de setembro do mesmo ano. Nele constatou-se a existência de cicatrizes no braço e na região lombar que indicavam açoites com azorrague (uma espécie de chicote com várias correias). No entanto, conforme os “peritos” designados, a ofendida estava restabelecida, a cicatrização se dera em menos de 30 dias. Logo, seus ferimentos só podiam ser leves. Diante de tais conclusões, o processo foi encerrado.

Cabe destacar que os mencionados peritos não eram, em geral, pessoas habilitadas à tarefa, mas sim selecionadas conforme determinação judicial, entre os “cidadãos” locais: homens brancos, livres, proprietários de terras, negócios e, também

eles, escravocratas, com nomes familiares considerados na comunidade.

As relações entre senhores e cativos, ao longo da escravidão negra no Brasil, pautavam-se por um código moral baseado na tradição e no costume que visava legitimar na sociedade escravista (inclusive frente aos próprios escravos), várias das ações dos senhores. Entre estas ações, pode-se citar a ideia de “castigo justo”, cuja finalidade seria a de ensinar, corrigir e não, aplicar crueldade pura e simplesmente. (LARA, 1988 p.64 e 75) No caso de Quitéria, os responsáveis pelo exame que constatou a agressão não negam que esta tenha existido e identificam a ocorrência através das marcas, bem como o objeto/arma que a causou (azorrague). Consideram-na, porém, dentro dos limites do “castigo justo” que a autoridade senhorial poderia impor a seu cativo. Mais que um direito, um dever do “bom senhor”.

A larga margem de complacência com os arbítrios dos senhores de escravos fez com que os excessos, passíveis de denúncias e condenações, conforme previsto em lei, em muitos casos não resultassem em penalização do acusado, como ocorreu com a denúncia de Quitéria. Um dos motivos de tal ocorrência pode ser explicado a partir de diferentes concepções do que constituiria “excesso” entre cativos e entre a camada senhorial: para os escravos denunciadores, talvez uma possibilidade de amenizar os rigores dos castigos no cativo; para os “cidadãos”, atitude somente passível de condenação em eventos cuja gravidade resultasse em perda de órgãos, funções ou por morte (mesmo assim, considerando-se todos os atenuantes de cada caso). Chalhoub entende que, de parte dos cativos, “(...) a referência a castigos excessivos era provavelmente a forma de um escravo traduzir para a linguagem dos senhores a sua percepção mais geral de que direitos seus não estavam sendo considerados ou respeitados” (CHALHOUB, 1990 p. 65). E talvez por isso mesmo as denúncias não tivessem deixado de existir, especialmente por parte dos escravos.

No que se refere aos senhores denunciados em Palmas, especialmente, uma pequena nota publicada no jornal Gazeta Paranaense (Ed. 00225, de 09 de outubro de 1888), comentando um crime ocorrido na cidade, destaca a impunidade e diz que “[...] é verdade que o júri de Palmas nunca condenou criminoso algum [...]”. Os documentos disponíveis na vara criminal do Fórum de Palmas, referentes a diferentes queixas e processos (em gravidade, teor ou condição civil e social do denunciante), na segunda metade do século XIX, confirmam o comentário. Mesmo acusações feitas a escravos contaram com a intervenção de seus senhores para livrá-los (e não há registros – ao menos preservados - que se refiram a agressões ao senhor, entre 1860-1888).

Mesmo diante da provável impunidade, constrangia ao senhor, contudo, a denúncia feita por seus escravos ou ainda por outros moradores da cidade, como no caso da cativa Idalina. As acusações traziam a público o que ocorria em caráter privado, no dia-a-dia das fazendas. Coincidência ou não, Antonio Ferreira Pacheco concedeu-lhe em 03 de novembro de 1884 uma carta de alforria, com a condição de lhe servir mais 04 anos, bem como de repassar-lhe o pecúlio de 200 mil réis que a

cativa dispunha, o qual estava sob a guarda do coletor de impostos municipal Antonio Joaquim do Amaral Cruz. Acenou à escrava com a liberdade, mas uma liberdade condicional aos serviços obedientes por mais 04 anos (uma vez que as alforrias condicionais sempre podiam ser suspensas) e à entrega imediata dos recursos amealhados pela escrava e que lhe constituíam um pequeno pecúlio.

Um dos pontos comuns às duas denúncias relatadas acima, é que se dão na década de 1880, poucos anos antes da abolição da escravatura. Com relação a este detalhe, ele é facilmente identificável também por outros estudiosos da temática, que percebem um aumento substancial de recorrências à Justiça por parte de escravos nos anos finais da escravidão. De acordo com Machado (1994, p.91)

Os fatos ocorridos no princípio dos anos 80 parecem indicar que a resistência escrava começava a enveredar por novos caminhos, transbordando as fronteiras das fazendas, vencendo o isolamento ao qual haviam sido confinados os plantéis.

Atribui-se também essa ação a uma maior ingerência do Estado na relação senhor-escravo, por meio de leis e outros dispositivos que conferiram aos cativos condições de ampliar as possibilidades para reivindicar direitos ou questionar ações senhoriais. Para Zubaran (2006, p.120), “a via judicial era [...] um instrumento político de limitação da autoridade senhorial”. Hebe Mattos, por sua vez, descreve essas e outras ações como indicativas da desagregação da autoridade senhorial e dos demais pilares de sustentação da ordem escravista (MATTOS, 2013, p. 235-238).

Mas não apenas sob tensão foram construídas as relações entre cativos e seus senhores, em Palmas. Houve também atos que parecem expressar proximidade e acordo entre as partes, como no caso da atribuição de “cargos de confiança” a escravos (que podiam exercer funções de capataz ou de caseiro/a, por exemplo). Foram concessões, no entanto, que não podem e nem devem ser idealizadas, consideradas como afirmação de alianças ou laços de solidariedade que apagassem ou nivelassem as diferenças e hierarquias sociais. Miriam Hartung qualifica tal concessão como mais uma das estratégias de manutenção do sistema escravista, ao mesmo tempo em que afirma que a aceitação de tal situação incluía-se entre as estratégias de sobrevivência do escravo (HARTUNG, 2005 p.152).

Para o cativo, a questão poderia ser interpretada também sobre outro viés, no qual a ampliação das relações, tanto no plano horizontal quanto vertical poderia proporcionar oportunidades de modificação de status profissional ou social. Conforme Cardoso (2011 p.44),

a sociedade escravista brasileira apresentava uma notória hierarquia social naturalizada entre os setores, o que não impediu a mobilidade social do escravo dentro das redes de relações. Várias foram as maneiras que os cativos buscaram para alcançar o mundo dos livres, mas os estigmas da escravidão nunca deixaram de existir.

Ao mesmo tempo em que permaneciam estigmatizados por sua condição cativa,

os escolhidos como homens/mulheres da confiança do senhor experienciavam diferenciações em relação aos demais, não somente pelas atividades que exerciam, mas por alcançarem uma maior autonomia que em alguma medida os aproximava dos indivíduos livres. Podiam ser admirados e, não raro, eram invejados por seus companheiros de cativeiro, dada à condição alcançada. Era o caso de Joana, descrita como preta, escrava de José Ferreira Pacheco, cujo suicídio surpreendeu as testemunhas arroladas para depor sobre sua morte, ocorrida em 15 de abril de 1875, por enforcamento, no local conhecido como “Paióis”. Seus relatos convidam a uma análise mais detalhada, por conter elementos bastante significativos, como o fato de que todas as três testemunhas considerarem a ação funesta como fruto de “repentino acesso de loucura” por parte da caseira Joana (a atividade exercida pela cativa é mencionada nos documentos da investigação do seu suicídio).

A atribuição de um ato extremo como o suicídio a um acesso de demência demonstra que aqueles que a conheciam e que trabalhavam com ela ou nas proximidades consideravam que, em condição normal, nenhum motivo a escrava poderia ter para desejar a própria morte. O destaque à sua ocupação de caseira reforça a ideia de que não haveria motivos para desgostar-se da vida, uma vez que desempenhava função que a distinguia perante os demais cativos e que demonstrava certo prestígio junto ao senhor.

A corroborar com tal argumentação, reproduzimos parcialmente a fala de Theodoro Bello, afirmando que “nenhuma razão tinha para isso, visto que é dito por todos que era muito estimada, tanto de seus senhores, como de todos os vizinhos que a conheciam”.

Note-se que mesmo em meio às fazendas extensas de Palmas, nas quais as atividades masculinas implicavam maior mobilidade, mas entre as mulheres nem tanto, Joana era conhecida. Fortalece-se a argumentação de que tinha maior liberdade para ir e vir em razão da “concessão” senhorial de lhe conceder uma tarefa que lhe permitia estabelecer contatos e ser conhecida de “todos os vizinhos”.

Em seu relato, a testemunha Francisco (escravo do senhor Joaquim Ferreira Mendes) disse, por sua vez, que foi avisar José Ferreira Pacheco, “que se achava em sua estância, à distância de légua e meia”. E aí temos outro elemento importante e indicativo de uma possível relação de confiança estabelecida entre o proprietário e sua escrava, a reforçar o que se afirmou até aqui: enquanto ele permanecia na estância, localizada à cerca de 9 km dali, ela cuidava de seus interesses, cumprindo sua tarefa de caseira em seus paióis, distante dos olhos do senhor e sem qualquer vigilância direta que lhe controlasse os passos e os atos. Certamente que se tal liberdade lhe era concedida, isso se dava porque a escrava não representava, aos olhos senhoriais, qualquer ameaça à sua dominação ou a seu patrimônio (material e imaterial). Por outro lado, ao tornar pública a atribuição que lhe conferiu, seus “olhos” passaram a ser todos os demais livres, libertos e escravos que viam a cativa em atividade e que lhe cientificavam (de boa ou má fé) qualquer ocorrência anormal.

Nesse sentido as concessões, ainda que houvesse um esforço em caracterizá-las como benesses, não ocultavam seu caráter de reforço ao controle dos escravos, agravando pressões e cobranças (exigência de contrapartidas, mesmo que sutis) e ampliando laços de dependência. Conquanto não se conheça as motivações de Joana para tirar a própria vida, é possível considerar que talvez tenha realizado um último ato de libertação da referida teia de dominação senhorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto acima é possível compreender que as relações entre os senhores palmenses e seus cativos foram pautadas pela utilização de estratégias senhoriais para reforço e continuidade de sua dominação que incluíram desde movimentos sutis, com ares de concessão, até o uso da força e da coerção justificada como medida pedagógica. Entretanto, o olhar voltado apenas ao senhor poderia fazer crer num apassivamento dos indivíduos escravizados, o que está longe de corresponder à realidade, conforme demonstram os casos apresentados neste trabalho.

Denúncias, como a de Quitéria, foram um modo de minorar punições a partir da interferência externa no mundo senhorial privado. Em relação à Idalina, pode-se dizer que a escrava soube “fazer barulho” acerca da inconformidade com sua situação, já que conseguiu chamar a atenção de um indivíduo livre que denunciou seu senhor. Ao mesmo tempo, amealhava pecúlio, uma das possibilidades para a aquisição da liberdade (por compra). Joana, por sua vez, fez uso de um gesto extremo como expressão de seu arbítrio. Cada uma delas foi atuante, foi agente da própria vida, mesmo nas condições limitadoras da escravidão.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Rosilene Costa. **Relações sociais na sociedade escravista brasileira**. Caminhos da História, Vassouras, v. 7, n. 1, p. 33-46, jan./jun., 2011. Disponível em http://www.uss.br/pages/revistas/revistacaminhosdahistoria/v7n12011/pdf/003_Relacao_sociais_na_sociedade.pdf Acesso em 25 de fevereiro de 2016.

CASSOLI, Marileide Lázara. **Ações de liberdade: direito e as relações entre senhores e escravos**, Termo de Mariana, 1850-1888. Anais do Seminário JALS – Justiça, administração e luta social – UFOP, 2010. Disponível em <http://www.seminariojals.ufop.br/anaisjals.html> Acesso em 01 de março de 2016.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade** : uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DJUBATIE, Eliana. **Crime, castigo e cotidiano no sertão escravista guarapuavano durante a segunda metade dos oitocentos**. Publ. UEPG Ci. Hum., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 21 (2): 143-155, jul./dez. 2013 Disponível em www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/download/.../3775 Acesso em 24 de fevereiro de 2016.

GUTIERREZ, Horacio. **Fazendas de gado no Paraná escravista**. Topoi v.5 n.9, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v5n9/2237-101X-topoi-5-09-00103.pdf> Acesso em 24 de fevereiro de

2015.

HARTUNG, Miriam. **Muito além do céu**: Escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. Topoi v.6 n.10 jan-jun 2005 p.143-191. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v6n10/2237-101X-topoi-6-10-00143.pdf> Acesso em 19 de fevereiro de 2016.

LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Disponível em http://www.academia.edu/8421508/Campos_da_Violencia_Silvia_Hunold_Lara> Acesso em 29 de fevereiro de 2016.

MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MARTINS, Maria Claudia de Oliveira. **Os filhos do Ventre Livre**: Palmas/PR, 1871- 1910. Monografia. UFFS, Chapecó, 2015. Disponível em <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2555> Acesso em 15 de maio de 2019.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX. 3 ed.- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MONSMA, Karl. **Escravidão nas estâncias do Rio Grande do Sul**: estratégias de dominação e de resistência. 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/monsma%20karl.pdf> Acesso em 27 de fevereiro de 2016.

SIQUEIRA, Ana Paula Pruner de. **Primeiras notas sobre os proprietários e suas posses em Palmas**. 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, 2009. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/anapaulapruner.pdf> Acesso em 23 de julho de 2014.

ZUBARAN, Maria Angélica. **Escravidão e liberdade nas fronteiras do Rio Grande do Sul (1860-1880)**: o caso da Lei de 1831. Estudos Ibero-americanos. PUCRS, v. XXXII n.2 p. 119-132, dezembro 2006. Disponível em < file:///C:/Users/Anna/Downloads/1359-4918-2-PB.pdf> Acesso em 24 de fevereiro de 2016.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação

Elizabeth Johansen - Licenciada em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, especialista em História e Região, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, mestre em História, pela Universidade Federal do Paraná e doutora em Geografia, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aracaju 8, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 381

Arquitetura 5, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 129, 130, 131, 134, 135, 253, 369, 370, 371, 372

Arte 5, 7, 58, 59, 72, 73, 77, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 169, 178, 216, 241, 252, 396, 398

C

Capuchinhos 97, 100, 102

Centro cultural castrolanda 7, 132, 135

Colégio imaculada conceição 6, 89, 93

Cultura 1, 10, 12, 13, 14, 18, 25, 26, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 60, 65, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 87, 94, 102, 107, 110, 114, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 128, 129, 130, 134, 136, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 178, 184, 186, 200, 215, 217, 230, 231, 263, 265, 320, 321, 323, 324, 327, 332, 333, 358, 361, 368, 375, 380, 386, 396, 397, 398, 399, 401

D

Discurso 10, 13, 14, 30, 39, 40, 59, 98, 100, 106, 115, 137, 141, 170, 175, 180, 181, 185, 189, 190, 191, 192, 197, 198, 232, 255, 258, 284, 327, 328, 329, 330, 335, 338, 339, 343, 345, 346, 386, 388, 389

Documento 31, 69, 96, 138, 140, 157, 158, 159, 160, 161, 168, 169, 172, 176, 187, 190, 192, 293, 297, 300, 344, 358, 369

E

Educação 1, 8, 9, 11, 12, 14, 48, 49, 51, 54, 56, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 106, 107, 108, 132, 134, 137, 151, 153, 200, 203, 228, 279, 281, 307, 312, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 335, 343, 345, 358, 364, 368, 386, 393, 399, 401, 402

Ensino de história 50, 51, 55, 401, 402

Escravidão 2, 4, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 51, 221, 223, 226, 227, 327, 382

Estudos organizacionais 1, 2, 3, 6, 11

Eurocentrismo 1, 2, 5, 12

F

Feira de santana 8, 211

Filosofia-teológica 97

Fotografias médicas 157

Foucault 5, 175, 178, 180, 181, 185, 186, 187, 189, 194, 198, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 335

Fronteiras 2, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 33, 36, 58, 94, 108, 109, 110,

116, 117, 118, 120, 197, 221, 254, 255, 256, 257, 259, 270, 278, 321

G

Giro decolonial 5

H

História 1, 3, 4, 15, 16, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 35, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 118, 120, 121, 124, 125, 126, 129, 130, 132, 134, 135, 138, 142, 143, 144, 145, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 168, 171, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 190, 197, 198, 201, 203, 206, 210, 211, 221, 226, 227, 229, 230, 233, 237, 239, 241, 243, 244, 245, 246, 252, 253, 254, 263, 265, 267, 274, 280, 286, 289, 291, 306, 307, 313, 317, 320, 321, 324, 326, 328, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 342, 345, 346, 347, 348, 349, 352, 363, 374, 375, 381, 382, 383, 384, 393, 394, 395, 397, 398, 399, 400, 401, 402

História da violência 180, 181, 198, 335

I

Infanticídio 7, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 183, 191, 322, 324

Intertextualidade 15, 167

Intervenção 3, 32, 120, 122, 124, 126, 128, 129, 130, 262, 267, 269, 297

L

Literatura 5, 6, 13, 14, 15, 16, 21, 55, 58, 72, 77, 81, 82, 115, 231, 238, 320, 338, 395

M

Manuais de ensino 7, 97, 98, 105

Memória 6, 16, 21, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 76, 86, 120, 123, 129, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 176, 177, 183, 198, 199, 215, 216, 219, 241, 245, 246, 253, 274, 314, 326, 327, 335, 354, 362, 363, 395, 397, 398, 401

Moda 7, 82, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 395

Modernização 8, 99, 125, 201, 211, 213, 215, 216, 217, 288, 293, 297, 298, 307, 312, 316, 381, 387, 391, 392

Montes claros 6, 89, 92

Museologia 5, 132, 138, 143, 145, 153, 155, 156, 157, 397

Museu 7, 10, 128, 130, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 310, 361, 393, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402

N

Narrativa 7, 15, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 86, 87, 100, 103, 104, 106, 109,

110, 134, 135, 141, 143, 145, 152, 154, 155, 156, 173, 211, 212, 241, 242, 243, 245, 246, 248, 249, 252, 338

P

Passado 1, 17, 38, 39, 40, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 65, 66, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 86, 87, 103, 107, 125, 129, 130, 134, 150, 151, 155, 156, 173, 178, 185, 216, 247, 248, 256, 258, 268, 270, 278, 295, 296, 341, 344, 345, 355, 369, 385, 397

Patrimônio 17, 23, 34, 120, 122, 123, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 138, 144, 145, 152, 153, 200, 202, 383, 396, 397, 401

Pensamento 1, 3

Poder 1, 2, 3, 4, 6, 7, 11, 13, 14, 20, 28, 31, 40, 46, 49, 52, 53, 54, 61, 65, 68, 72, 79, 91, 93, 95, 98, 100, 102, 114, 124, 129, 146, 149, 151, 170, 171, 177, 178, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 196, 197, 198, 199, 213, 217, 231, 258, 260, 262, 266, 274, 279, 281, 283, 285, 287, 289, 297, 304, 305, 306, 311, 312, 313, 314, 316, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 347, 349, 350, 351, 357, 359, 361, 362, 363, 371, 373, 381, 386, 387, 399

R

Relações familiares 219, 224, 226, 257

Relações sociais 25, 27, 35, 75, 99, 177, 213, 217, 350

Riqueza 8, 7, 25, 59, 163, 176, 200, 201, 203, 206, 209, 281, 283, 328, 350

S

Século XIX 9, 203, 349

Sociabilidades 211, 215, 217, 370

Sociedade 2, 3, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 18, 20, 25, 28, 32, 33, 35, 43, 45, 49, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 102, 106, 110, 115, 121, 125, 132, 138, 156, 167, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 212, 213, 216, 219, 222, 235, 236, 239, 245, 280, 289, 292, 293, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 303, 304, 306, 312, 313, 321, 324, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 344, 346, 347, 349, 350, 353, 363, 366, 367, 370, 371, 377, 378, 383, 392, 393, 397, 399, 400

Sujeitos 7, 9, 11, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 59, 156, 170, 171, 175, 177, 180, 183, 185, 186, 187, 188, 197, 212, 214, 226, 229, 256, 257, 291, 302, 306, 312, 313, 321, 322, 339, 350, 351, 397, 401

T

Tráfico de escravos 51, 219, 220, 222, 223, 226

V

Verdade 7, 10, 24, 32, 45, 49, 51, 53, 55, 58, 59, 65, 67, 70, 73, 102, 105, 111, 158, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190,

191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 241, 244, 245, 252, 258, 298, 315, 327, 328, 332,
333, 335, 339, 371, 377, 388, 391

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-650-8

